



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



**PARECER N.º 002/2023, DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO
E FISCALIZAÇÃO**

Ao Projeto de Lei n.º 002/2023, da Mesa Diretiva – Gestão 2023

1. RELATÓRIO

A Mesa Diretora deste Legislativo municipal, em 11 de janeiro de 2023 apresentou o Projeto de Lei n.º 002/2023, que “assegura o direito à revisão geral anual do valor real dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Procurador Jurídico e Secretários do Município de Guaíra, Estado do Paraná, e dá outras providências”.

A matéria foi apresentada na sessão extraordinária do dia 17 de janeiro de 2023, e encaminhada à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, para emitir parecer no prazo legal.

Justificam seus autores, que:

Considerando que a Constituição Federal determina que a Câmara Municipal deve fixar os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Procurador Jurídico e Secretários Municipais, nos termos do inciso V do artigo 29;

Considerando que o Tribunal de Contas deste Estado já chancelou que a mencionada iniciativa é do Poder Legislativo;

Considerando o contido no artigo 33, inciso X da Constituição do Estado do Paraná, bem como o artigo 37, X da Constituição Federal;

Considerando, por fim, o que dispõe o Regimento Interno desta Poder Legislativo.

Diante das considerações e visando adequar os subsídios dos Agentes Políticos e evitar que servidores do Poder Executivo com reposição inflacionária aprovada ultrapassem o teto remuneratório municipal, apresentamos o presente projeto, que tem por finalidade o cumprimento dos preceitos constitucionais, com ancoragem nos princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade e interesse público, considerando o percentual inflacionário de 5,93% (cinco vírgula noventa e três por cento), segundo percentual apontado pelo INPC/IBGE (Índice Nacional de



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



Preços ao Consumidor), sobre o valor real de dezembro de 2022, baseado nos princípios constitucionais norteadores da administração pública.

Assim, o apoio dos Senhores Vereadores para aprovação em Plenário é de vital importância, vez que a união de todos em busca das melhorias necessárias dará o tom de uma administração profícua e realizadora.

O Parecer Jurídico nº 02/2023-I, do Advogado desta Casa, que segue anexo, concluiu, ao discorrer os marcos legais para o trâmite, não haver óbice quanto ao prosseguimento da presente matéria, para o exercício amplo da atividade parlamentar legitimamente constituída, tendo sido observada a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, com redação adequada.

2. VOTO DO RELATOR

Considerando que o presente projeto de lei está adequado à Legislação vigente e tendo em vista a importância e necessidade da matéria em questão, voto pela admissibilidade e tramitação do projeto de lei nº 002/2023.

Sala de Reuniões, em 19 de janeiro de 2023.

RAUFFEDSON FRANCO PEDROSO

Relator

3. PARECER DA COMISSÃO - FAVORÁVEL

A vereadora Tereza Camilo dos Santos, Presidente da Comissão, acompanha o voto do relator, de forma que o Projeto de Lei nº 002/2023 de iniciativa da Mesa Diretiva desta Casa.

Sala de Reuniões, em 19 de janeiro de 2023.

Tereza C. dos Santos
TEREZA CAMILO DOS SANTOS

Presidente

Mirele Paula Cetto Leite
MIRELE PAULA CETTO LEITE

Secretária-ausente na reunião

Lido em Sessão Extra, em 20/01/2023